

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA/DPF

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08059.000108/2026-86

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem de natureza continuada. O escopo visa atender integralmente às demandas do complexo predial que congrega as instalações da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF) e do Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF), localizadas no Setor Policial Sul, em Brasília/DF (SAIS, Quadra 07, Lote 23).

2.2. O complexo predial citado está instalado em uma área cujo perímetro externo é de aproximadamente 38.832,44 m² (metros quadrados). Neste perímetro estão inclusos: estacionamentos, calçadas, arruamento, jardins, pátios, áreas verdes e as edificações que compreendem o Instituto Nacional de Criminalística (INC), subordinado à DITEC/PF, e as instalações do Instituto Nacional de Identificação (INI), vinculado à DPA/PF. A provisão desses serviços é imprescindível para garantir a salubridade, a conservação patrimonial e a segurança ocupacional nas áreas onde são desenvolvidas as missões essenciais da Polícia Federal (gestão de sistemas de criminalística e identificação).

2.3. A contratação se justifica pelo dever da Administração Pública de zelar pelo patrimônio público e de garantir as condições de salubridade e higiene necessárias ao pleno funcionamento dos ambientes de trabalho. Essas condições são cruciais para o desempenho das atribuições típicas de polícia judiciária da União e de identificação, sendo que sua ausência comprometeria integralmente o desempenho das atividades-fim institucionais.

2.4. Os serviços de limpeza, conservação e jardinagem são classificados como de natureza contínua, possuindo caráter acessório, auxiliar e instrumental às atividades finalísticas da Polícia Federal, o que justifica legalmente a sua execução de forma indireta (terceirização).

2.5. A execução indireta dos serviços está em conformidade com o arcabouço legal vigente, especialmente o Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, cujo § 1º do art. 3º prevê expressamente a possibilidade de execução indireta de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios. Adicionalmente, a Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estabelece que os serviços de Limpeza (inciso XIV) e Conservação e Jardinagem (inciso VII) serão preferencialmente objeto de execução indireta.

2.6. O objeto configura-se como serviço comum, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho, qualidade e características usualmente praticados no mercado e passíveis de descrição objetiva. Tal característica permite a utilização da modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.7. Ressalta-se que não há servidores lotados na unidade com a função ora pretendida (limpeza, conservação e jardinagem), reforçando a necessidade inquestionável da contratação externa para manter as condições adequadas e operacionais dos edifícios.

2.8. O atual contrato para a prestação destes serviços encerrar-se-á em 28/02/2026, tendo atingido o limite máximo de vigência e não comportando nova prorrogação ordinária. A única exceção é a prorrogação de caráter excepcional, conforme o art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Diante disso, é imprescindível que o novo processo licitatório seja concluído em tempo hábil para assegurar a continuidade na prestação dos serviços essenciais.

2.9. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017 e do Decreto n.º 9.507/2018, a contratação não configura vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta com a Administração Pública.

2.10. A contratação dos serviços de apoio alinha-se diretamente às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal. O objetivo é implantar uma cultura de gestão estratégica, buscando a eficiência e a efetividade dos serviços prestados e, consequentemente, permitindo que os servidores se concentrem exclusivamente nas atividades-fim institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILOG/DITEC/PF	EMERSON SANTOS DE LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Fundamentos e Características da Contratação

4.1.1. Trata-se da contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021 e regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017 e legislação subsequente.

4.1.2. Duração e Vigência Contratual

4.1.2. Será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência inicial de **24 (vinte e quatro) meses**, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, conforme modelo a ser elaborado pela unidade de contratos.

4.1.2.1. A escolha pela vigência contratual inicial de 24 (vinte e quatro) meses para os serviços de limpeza, conservação, higienização e jardinagem justifica-se plenamente por se tratar de uma necessidade pública de caráter permanente e contínuo, que se estende por mais de um exercício financeiro. Os serviços são indispensáveis para garantir a salubridade, a conservação do patrimônio e o adequado ambiente de trabalho nas áreas do Instituto Nacional de Criminalística (INC) e do Instituto Nacional de Identificação (INI). A interrupção desses serviços comprometeria diretamente o fluxo de trabalho e a capacidade operacional das Diretorias, impactando tanto as atividades-meio quanto as missões finalísticas de perícia e identificação da Polícia Federal.

4.1.2.2. O prazo inicial de 24 meses demonstra-se mais vantajoso para a Administração Pública ao promover a economicidade e a eficiência. Contratos mais longos diluem os custos indiretos e operacionais inerentes aos processos licitatórios (planejamento, análise de propostas, gestão de trâmites burocráticos) em um período estendido. Além disso, a vigência de dois anos fomenta a estabilidade da mão de obra, permitindo que os profissionais adquiram o conhecimento especializado sobre a dinâmica e, crucialmente, as rotinas e os protocolos de segurança da Polícia Federal, o que eleva a qualidade do serviço. Em suma, o prazo proposto mitiga o risco de descontinuidade e assegura o funcionamento ininterrupto e qualificado das atividades de apoio, otimizando recursos e tempo.

4.1.2.3. O contrato de serviços contínuos será prorrogável por períodos sucessivos, respeitada a vigência máxima de 60 (sessenta) meses, conforme o art. 107 da Lei n.º 14.133/2021 e o Art. 13, § 1º da IN SEGES/MGI n.º 81/2024. Excepcionalmente, a vigência poderá atingir o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses (10 anos), nos termos do *caput* do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021, caso haja futura demonstração de que a prorrogação para além de 60 meses se mantém vantajosa e necessária para a otimização da gestão e o planejamento de longo prazo, conforme atestado pela autoridade competente e mediante previsão em Edital.

4.1.3. A contratação ocorrerá por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o objeto configura-se como serviço comum.

4.1.4. Será exigida a garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Em razão dos riscos envolvidos na paralisação dos serviços, o valor corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, podendo a contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

4.1.5. O início da execução do contrato deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a assinatura. A contratada terá como obrigação promover a transição contratual com o fornecedor atual, garantindo a transferência de conhecimento, tecnologia, inventário de bens e técnicas empregadas, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

4.2. Requisitos de Qualidade e Operacionais

4.2.1. Serão definidos no Termo de Referência (TR) padrões mínimos de qualidade e desempenho que deverão ser continuamente monitorados, abrangendo:

(a) Assiduidade e pontualidade da mão de obra;

(b) Qualidade e tipo dos materiais e equipamentos utilizados;

(c) Nível de limpeza atingido em cada tipo de área (administrativa, sanitários, laboratórios); e

(d) Conservação da área de jardinagem.

4.2.2. Serão incluídos no Termo de Referência critérios e práticas de sustentabilidade, conforme as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, como especificação técnica obrigatória da contratada:

4.2.2.1. Utilização prioritária de produtos de limpeza biodegradáveis e de baixo teor de toxicidade.

4.2.2.2. Adoção de práticas de uso racional de água (ex: técnicas de limpeza a seco ou com baixo volume de água).

4.2.2.3. Implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) específico para o contrato, com coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.2.3. A jornada de trabalho regular deverá ser de 40 (quarenta) horas semanais, no período diurno, de segunda a sexta-feira, observando-se as disposições do Decreto nº 12.174, de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 2024 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 2024, especialmente quanto à redução da carga horária sem prejuízo da remuneração. Os empregados da contratada deverão permanecer à disposição nas dependências da Contratante, em regime de dedicação exclusiva.

4.2.4. A licitante deve estar ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em quantidade dimensionada e remunerada conforme a relação de produtividade x área. As produtividades expressas no Termo de Referência, com o consequente número de funcionários resultantes, não podem ser alterados, salvo se a licitante comprovar que empregará técnicas e maquinários que supram a redução da mão de obra a ser alocada, mediante comprovação de desempenho.

4.3. Requisitos de Segurança e Pessoal (Investigação Social)

4.3.1. O pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade serão realizados nos percentuais de 30% (trinta por cento) e 40% (quarenta por cento), respectivamente, conforme recomendação disposta nos laudos de risco ambiental:

4.3.1.1. Laudo Ambiental INC. DITEC 06.11.24 (SEI nº 143181556)

4.3.1.2. Laudo Ambiental do INI 19.02.2025 (SEI nº 143181692)

4.3.2. Os colaboradores alocados no contrato serão submetidos a pesquisa individual e social, nos termos da Instrução Normativa nº 175/2020 - DG/PF, alterada pela IN 278/2024, devendo apresentar, no mínimo, os seguintes documentos:

I - ficha cadastral (conforme modelo constante no Anexo I), a qual deverá ser:

- a) preenchida manualmente pelo candidato;
- b) digitalizada pelo responsável pelo recebimento da documentação;
- c) inserida nos sistemas SEI-PF ou SICAD; e
- d) enviada eletronicamente: ao fiscal do contrato, no caso dos empregados de empresas prestadoras de serviços; à unidade de recursos humanos responsável, no caso dos estagiários; ou ao chefe da unidade interessada, nos casos de servidores cedidos por outros órgãos e demais indivíduos não integrantes do quadro permanente que desenvolvam as atividades junto às unidades da Polícia Federal.

II - currículo atualizado em formato PDF pesquisável; (Redação dada pela Instrução Normativa DG/PF nº 278, de 30 de abril de 2024)

III - as seguintes certidões, as quais podem ser obtidas na Internet:

- a) Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal;
- b) Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral; e
- c) Certidão Negativa emitida pela Justiça Federal; e
- d) Certidão Negativa dos locais onde residiu nos últimos cinco anos: emitida pela respectiva Justiça Estadual; ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; (Redação dada pela Instrução Normativa DG/PF nº 278, de 30 de abril de 2024)

4.3.3. A qualquer tempo, a Polícia Federal poderá solicitar outros documentos necessários para:

- a) comprovação de dados; ou
- b) esclarecimento de fatos envolvendo o prestador de serviço.

4.4. Requisitos de Habilitação e Composição de Custos

4.4.1. Planilha de Custos e Formação de Preços: Deverá ser apresentada planilha detalhada para cada item do certame, em formato editável (Excel), contendo as memórias de cálculo de todas as rubricas e a indicação expressa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) adotado.

4.4.1.1. Este ETP utiliza como parâmetro o Termo Aditivo à CCT 2025/2026 - SINDISERVIÇOS DF, registrado no MTE sob o nº DF000026/2026.

4.4.1.2. Os licitantes poderão, alternativamente, utilizar as CCTs correspondentes à sua atividade preponderante, observadas as disposições do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

4.4.2. Em conformidade com a jurisprudência do TCU (Acórdão nº 288/2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item "Reserva Técnica" na Planilha de Custos e Formação de Preços.

4.4.3. Nos termos da Súmula nº 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados à contratante, por se tratarem de tributos de natureza direta e personalista.

4.4.4. Para empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real), não será admitida a cotação do percentual integral. A licitante deverá informar as alíquotas médias efetivamente recolhidas, comprováveis mediante documentos da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) e sujeitas a ajustes no momento da repactuação ou renovação contratual.

4.4.5. As empresas participantes deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009, devendo a proposta indicar os "Riscos Ambientais do Trabalho – RAT" na Planilha (Submódulo 2.2), considerando o valor do Fator Acidentário de Prevenção – FAP específico para o seu CNPJ, a ser comprovado no envio da proposta adequada ao lance vencedor.

4.4.6. Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem valor igual ou superior ao orçado pela Administração, correspondente à soma do salário e do auxílio-alimentação, conforme art. 5º, *caput*, do Decreto 12.174/2024 e IN 176/2024-SEGES/MGI.

4.4.7. O preço proposto deverá ser apresentado com apenas duas casas decimais e incluir todos os custos e capital de giro necessários ao cumprimento do objeto da licitação, bem como tributos não discriminados na planilha de custos, como fretes, seguros e demais encargos incidentes sobre o objeto licitado.

4.4.8. Microempresas ou empresas de pequeno porte contratadas para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderão beneficiar-se do Simples Nacional, salvo nas exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Capacitação e Treinamentos

4.5. Treinamento e Capacitação em Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

A CONTRATADA deverá assegurar que todos os seus empregados alocados nas dependências da DITEC/PF e do INI /DAP/PF recebam treinamento e capacitação adequados em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), em estrita conformidade com a legislação vigente, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs). A comprovação da realização integral dos treinamentos exigidos deverá ser apresentada em até 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de início da vigência do Contrato.

4.5.1. Treinamento Obrigatório e Periódico em SST

A CONTRATADA deverá fornecer a todos os empregados o treinamento em saúde e segurança no trabalho, abrangendo, no mínimo, as seguintes Normas Regulamentadoras:

- a) NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO): Treinamento de integração e periódico conforme as disposições estabelecidas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da Contratada e no Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGRO) da DITEC/PF.
- b) NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI): Treinamento teórico e prático sobre a correta utilização, guarda, conservação e descarte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) específicos para as tarefas executadas em cada ambiente (escritórios, áreas externas, laboratórios, etc.).
- c) Capacitação Periódica: Adicionalmente aos treinamentos de integração e iniciais previstos nas NRs, a CONTRATADA deverá prever e executar capacitação periódica e/ou continuada em Saúde e Segurança no Trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, a ser realizada dentro da jornada de trabalho dos empregados.

4.5.2. Treinamento Específico para Riscos de Altura

4.5.2.1. Para todos os empregados que executarem atividades classificadas como trabalho em altura — incluindo, mas não se limitando a, limpeza de janelas, fachadas, coberturas de vidro ou qualquer outra tarefa que demande acesso por escadas ou andaimes com diferença de nível superior a 2 (dois) metros:

- a) **NR-35 – Trabalho em Altura:** Prover treinamento específico em conformidade com a carga horária e o conteúdo programático mínimos estabelecidos pela NR-35. A capacitação deve abordar os riscos inerentes, as medidas de prevenção e controle, bem como os procedimentos de emergência e salvamento. A validade do treinamento (bienal ou em situações de mudanças de riscos) deve ser rigorosamente observada.
- b) **NR-35 – Acesso por Corda:** Para profissionais designados à limpeza ou manutenção via acesso por corda, é mandatório o treinamento específico conforme o Anexo I da NR-35, sendo exigida a devida comprovação de qualificação e certificação técnica na modalidade.

4.5.2.2. Prestadores de serviços que realizarem limpeza de fachadas, coberturas de vidro e atividades de jardinagem em altura devem, obrigatoriamente, apresentar certificação de curso completo de capacitação para trabalho em altura (NR-35).

4.5.3. Treinamento Específico para Áreas de Laboratório (Risco Biológico/Químico)

Para os empregados que atuarão em áreas laboratoriais (INI/DAP/PF ou DITEC/PF), a capacitação deve obrigatoriamente contemplar:

a) Técnicas de Desinfecção: Treinamento especializado focado nas técnicas e procedimentos estabelecidos no Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

b) NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de laboratório: Treinamento abrangente sobre a identificação e o controle de riscos biológicos, químicos e radiológicos; o manejo e descarte correto de resíduos de saúde; a utilização rigorosa de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) específicos (luvas, jalecos, respiradores, etc.); e os protocolos de emergência em caso de acidentes com materiais biológicos ou químicos.

4.5.3.1. Todos os prestadores responsáveis pela limpeza dos laboratórios deverão, além da capacitação básica exigida, submeter-se a treinamento complementar ministrado pela equipe técnica da Contratante antes do início das atividades.

Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

4.6. Serão solicitados todos os documentos de comprovação normalmente exigidos para esse tipo de contratação.

Vedação de Cooperativas

4.6.1. Com base no Termo de Conciliação Judicial (MPT e União), a vedação à participação de Cooperativas de Trabalho nesta licitação é obrigatória e justificada pela natureza dos serviços, que demandam execução em estado de subordinação (ex. Serviços de Limpeza). A contratação de trabalhadores via cooperativas para serviços subordinados é uma prática vedada pela Administração Pública Federal, pois configura a intermediação ilícita de mão-de-obra (*marchandage*), contrariando o Artigo 9º da CLT e o Enunciado 331 do TST. O Termo de Conciliação exige expressamente que a empresa vencedora comprove a condição de empregadora dos prestadores de serviço, um requisito incompatível com a natureza jurídica das cooperativas e que visa proteger os direitos trabalhistas e evitar o risco de responsabilidade sucessiva da União por débitos trabalhistas.

Vedação de Consórcios

4.6.2. A não aceitação de Consórcios é uma medida de cautela para mitigar o risco de desvirtuamento contratual e simplificar a fiscalização. A participação de Consórcios pode complexificar o monitoramento da condição de empregador único exigida e diluir a responsabilidade pela comprovação de regularidade trabalhista e fiscal de todos os envolvidos. A restrição visa garantir a maior eficiência na execução contratual e reduzir os riscos financeiros e jurídicos da Administração, assegurando que o contratado atenda de forma inequívoca e simplificada a todos os requisitos de qualificação, notadamente a condição de empregador direto dos trabalhadores que prestarão os serviços subordinados.

Requisito Qualificação Econômico-Financeira

4.7. Estes requisitos de Qualificação Econômico-Financeira buscam assegurar que a futura contratada possua solidez financeira compatível com o vulto e a complexidade do objeto, minimizando riscos de interrupção contratual.

4.7.1. A comprovação da saúde financeira será exigida mediante os seguintes critérios, fundamentados no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES/MP nº 05/2017:

a) Balanço Patrimonial e Índices Contábeis: A licitante deverá apresentar o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices superiores a 1 (um) para:

- **Liquidez Geral (LG):** $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
- **Liquidez Corrente (LC):** $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
- **Solvência Geral (SG):** $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

b) Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação:

b.1) Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses; ou

b.2) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

Requisito de Qualificação Técnico-Operacional

4.8. A qualificação técnica e a experiência gerencial do licitante deverão ser comprovadas mediante a apresentação dos seguintes requisitos:

Experiência Gerencial de Mão de Obra (Gerenciamento de Pessoal)

4.8.1. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que gerencia ou gerenciou, no âmbito de sua atividade econômica, um contingente mínimo de 15 (quinze) empregados terceirizados, em contrato(s) de prestação de serviços continuados. O somatório de empregados de diferentes contratos será aceito para atingir o quantitativo mínimo exigido.

Experiência Temporal em Serviços Continuados

4.8.2. O licitante deverá apresentar cópia de contrato(s), acompanhada(s) do(s) respectivo(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, comprovando que possui experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços continuados e terceirizados. Será aceito o somatório de documentos. Períodos concomitantes serão computados uma única vez.

4.8.3. Certificado de Treinamento NR 35 (Capacitação para Trabalho em Altura).

Mudança de Sede do INI

4.9. A Contratada deve ter ciência de que, durante a vigência do contrato, haverá mudança de sede do Instituto Nacional de Identificação (INI) para a nova edificação, implicando a desocupação e demolição da estrutura atual. Embora todos os serviços (limpeza, conservação, higienização, jardinagem, desinfecção e atividades em altura – NR-35) já façam parte do escopo inicial da contratação, a transição exigirá redefinição e compensação das áreas e um ajuste formal no escopo do contrato. Este ajuste, a ser formalizado por meio de Termo Aditivo, objetiva adequar as quantidades e os custos à nova realidade predial, respeitando o limite de acréscimos ou decréscimos de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme a Lei n.º 14.133/2021.

4.9.1. O planejamento para a alteração considerará a projeção e a dinâmica das áreas dispostas nas informações lavradas no Processo 08059.000128/2026-57, por meio da Informação - Metragem das Áreas DITEC e INI (144907496) - Projeção Novo Prédio INI.

4.9.1.1. Decréscimo (Supressão e Reclassificação - INI Antigo):

a) O prédio atual do INI (aproximadamente 2.500 m² de área interna) será desocupado e demolido.

b) Uma área de 708,76 m² será reclassificada e enquadrada como área de estacionamento (área externa/pavimentada).

c) O restante da área do prédio antigo, após a demolição, será mantido no escopo do contrato, com a classificação a ser definida pela Polícia Federal, podendo ser destinada como área verde, pátio ou novo estacionamento.

4.9.1.2. Acréscimo (Incorporação de Áreas - INI Novo):

O Contrato será readequado para incorporar a nova sede do INI, que representa uma ampliação substancial nas áreas a serem atendidas, incluindo:

a) Áreas Internas (Total): 3.896,20 m², com diversos tipos de pisos e ambientes específicos (laboratórios, auditório, etc.).

b) Áreas Externas (Pátios, vias de acesso e estacionamentos): 3.252,93m².

c) Área de Jardinagem: 1.107,02 m².

d) Requisitos de limpeza em altura (NR-35) para fachadas de vidro 88,7 m² e esquadrias.

4.9.1.3. A Contratada deverá anuir previamente à possibilidade de aditamento contratual para acomodar essas alterações de escopo, nos limites e condições estabelecidos pela legislação, sem alteração da metodologia de remuneração.

Instalação de Escritório ou Unidade de Suporte Local (Motivação Crítica)

4.10. A Licitante deverá declarar que possui ou instalará, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a serem contados a partir da vigência do contrato, um escritório ou unidade de suporte operacional na cidade de Brasília ou região metropolitana do Distrito Federal (na condição de matriz ou filial).

4.10.1. Motivação para a Exigência (Acórdão n.º 1176/2021-TCU-Plenário): A exigência é considerada imprescindível para a adequada execução, gestão e continuidade operacional do objeto licitado. A criticidade do ambiente (Laboratórios com riscos Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares – QBRN/Explosivos), a disponibilidade de insumos e materiais sob demanda e o regime de dedicação exclusiva de mão de obra exigem uma estrutura logística de prontidão que minimize o tempo de resposta a incidentes e falhas de suprimentos.

4.10.2. A presença de uma unidade de suporte local visa:

a) Prontidão Logística e Reposição de Insumos: Garantir a logística reversa e a substituição imediata (em até 24 horas) de equipamentos, materiais de consumo ou ferramentas que apresentem defeitos, má qualidade ou desgaste prematuro. Em ambientes de alta periculosidade, o uso de materiais não conformes ou a ausência de itens de reposição compromete diretamente a integridade física dos colaboradores e a segurança das instalações da PF.

b) Gestão de Contingências e Pessoal: Assegurar a imediata reposição de mão de obra em postos críticos. Em caso de afastamentos súbitos em áreas de biossegurança (ex: L.F.P.L. no GBE), o escritório local permite a mobilização célere de substitutos devidamente treinados e equipados.

c) Eficiência na Fiscalização e Gestão de Não Conformidades: Facilitar a comunicação direta com a DITEC/PF, permitindo que notificações sobre falhas técnicas ou administrativas sejam resolvidas com o comparecimento imediato do preposto. A distância física da sede não pode ser óbice para a resolução de problemas em ambientes de risco QBRN.

d) Saúde Ocupacional e Proteção Individual (EPI/EPC): Prover suporte ágil aos empregados quanto à entrega, ajuste e substituição de EPIs e acompanhamento rigoroso do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). A natureza das atividades exige que qualquer falha em equipamento de proteção seja sanada sem os atrasos inerentes a remessas interestaduais, garantindo a conformidade com as normas de insalubridade e periculosidade.

- 4.10.3. O atendimento a este requisito será comprovado mediante a apresentação de Declaração de Existência /Instalação e Compromisso de Manutenção de Escritório, sob pena de inabilitação, rescisão contratual e sanções previstas no edital.
- 4.6. A contratada deve apresentar e executar Plano de Gerenciamento de Riscos próprio, alinhado às diretrizes da Contratante, bem como adotar integralmente as medidas ergonômicas e as do Protocolo LOTO;
- 4.7. Demais requisitos da contratação serão detalhados no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Soluções de Contratação para Limpeza e Conservação

Para os serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio e jardinagem diário, foram avaliadas duas principais soluções de contratação, com foco na responsabilidade pelo fornecimento dos insumos.

Solução	Característica Principal	Responsabilidade da Contratada
Solução 1 (Recomendada)	Serviço Contínuo com Mão de Obra e Insumos	Mão de obra (dedicação exclusiva), materiais, insumos, equipamentos e manutenção.
Solução 2 (Não Recomendada)	Serviço Contínuo Apenas com Mão de Obra	Apenas mão de obra (dedicação exclusiva) e equipamentos menores.

5.1.1. Solução 1: Com Fornecimento de Materiais Incluídos

5.1.1.1. Neste formato, a Contratada é integralmente responsável pela execução de todas as atividades de limpeza e conservação, incluindo o fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários (como aspiradores, enceradeiras, produtos químicos, papel higiênico, toalhas de papel, etc.).

5.1.1.2. A estimativa de custos e o preço final são compostos considerando-se a produtividade mínima e máxima da mão de obra, a periodicidade e frequência dos serviços, as áreas a serem higienizadas e, adicionalmente, os custos do fornecimento e gestão de todo o material necessário.

5.1.1.3. Vantagens Desta Solução:

- a) Desoneração Administrativa:** Desobriga a Administração de realizar processos licitatórios adicionais anuais (ou semestrais) para aquisição de insumos de limpeza, reduzindo a demanda de trabalho das áreas de suprimentos e almoxarifado.
- b) Qualidade Assegurada:** Permite que a Fiscalização exija um alto padrão de qualidade, eliminando a alegação da contratada de que o baixo desempenho se deve à má qualidade ou insuficiência dos materiais fornecidos pelo órgão.
- c) Economicidade na Escala:** A contratada, pela sua escala de compra, consegue geralmente adquirir os insumos a preços mais vantajosos do que a Administração em licitações menores, resultando em economicidade para o contrato.

5.1.1.4. Esta metodologia é amplamente utilizada por diversos órgãos da Administração Pública Federal, conforme evidenciado pela pesquisa realizada no sítio Pesquisa de Preços do Compras.gov (SEI 143181817), onde foram encontrados processos recentes com a mesma metodologia:

- a) Pregão Eletrônico 90003/2025 - UASG 158156 - IFET - Acre
- b) Pregão Eletrônico 90151/2025 - UASG 986249 - Prefeitura Municipal de Botucatu/SP
- c) Pregão Eletrônico 90005/2025 - UASG 200380 - Polícia Federal do Acre

5.1.2. Solução 2: Sem Fornecimento de Materiais Incluídos

5.1.2.1. Nesta solução, a contratada aloca apenas a mão de obra (serviço) e a Administração é responsável pela compra, gestão de estoque, armazenamento e fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos de maior valor.

5.1.2.2. Desvantagens Desta Solução:

- a) Aumento de Custos Operacionais: Exige a abertura de certames adicionais específicos anuais ou semestrais para a compra de insumos, equipamentos e contratação de manutenções para os maquinários.
- b) Risco de Descontinuidade: Atrasos ou itens desertos nas licitações de materiais de consumo podem resultar na paralisação da limpeza e na depreciação das instalações do órgão.
- c) Gestão Complexa: Requer que o órgão possua espaço físico e controle adequados para o armazenamento, adicionando uma nova rotina de gestão de materiais à fiscalização, o que se mostra mais oneroso e menos atrativo que a Solução 1.

5.2. Soluções de Contratação para Jardinagem

Para os serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes, as soluções avaliadas consideram o regime de alocação da mão de obra.

Solução	Característica Principal	Regime de Mão de Obra
Solução 1 (Recomendada)	Serviço Contínuo com Dedicção Exclusiva	Mão de obra dedicada (fixa) remunerada por produtividade (m²).
Solução 2 (Não Recomendada)	Serviço Não Contínuo (Pontual)	Mão de obra intermitente/pontual (por demanda específica).

5.2.1. Solução 1: Com Dedicção Exclusiva (Contínuo)

5.2.1.1. Nesta modalidade, há a alocação de mão de obra com dedicação exclusiva (jardineiro e auxiliar, se for o caso), sendo a remuneração baseada na relação metro quadrado *versus* produtividade. Os insumos, materiais e equipamentos (máquinas de cortar grama, sopradores, adubos, etc.) são fornecidos e remunerados pela contratada.

5.2.1.2. Vantagem: A vantagem crucial deste tipo de contratação é a possibilidade de manutenção contínua dos jardins, gramados e demais formações arbóreas, permitindo o acompanhamento diário, intervenções conforme a sazonalidade do clima e o pronto atendimento a imprevistos climáticos ou danos.

5.2.1.3. Esta solução é consistente com a necessidade de conservação constante de áreas institucionais de segurança. Contratações similares foram encontradas no Compras.gov (SEI 143181583), incluindo:

- a) Pregão Eletrônico 90001/2025 - UASG 20005 - Ministério da Justiça/DF
- b) Pregão Eletrônico 90014/2025 - UASG 168008 - IMBEL/RJ

5.2.2. Solução 2: Sem Dedicção Exclusiva (Pontual)

5.2.2.1. Nesta forma de execução, a mão de obra é alocada somente no período da execução do serviço predeterminado, não ficando dedicada exclusivamente ao Contratante.

5.2.2.2. Desvantagem: Essa abordagem requer um planejamento extremamente consistente de qual, como e quando o serviço será realizado. Não abre margem para atendimento de demandas imprevistas ou a manutenção diária, sendo incompatível com a necessidade de conservação continuada exigida para o complexo da Polícia Federal.

5.3. Conclusão e Solução Escolhida

5.3.1. O atual contrato que engloba esse serviço no órgão já adota as Soluções 1 (Contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e com fornecimento de materiais), demonstrando sua eficácia gerencial e técnica ao longo do tempo.

5.3.2. Portanto, considerando a análise de custo-benefício, a redução de riscos de descontinuidade e a pesquisa de mercado, optou-se pela contratação integrada dos serviços de conservação, limpeza e jardinagem na forma da Solução 1, ou seja, com a alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, com a remuneração baseada na relação área x produtividade, e com o fornecimento integral de materiais, insumos e equipamentos sob responsabilidade da Contratada.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Solução Técnica Eleita e Escopo

6.1.1. A solução consiste na contratação de serviços contínuos e integrados de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem. Essa solução foi eleita por ser a mais vantajosa para a Administração (conforme detalhado na Solução 1 do item 5.3 do ETP), pois abrange a dedicação exclusiva de mão de obra com remuneração baseada em produtividade, além do fornecimento integral de materiais e equipamentos pela Contratada.

6.1.2. O serviço será executado em todo o complexo predial da DITEC/PF e INI/DPA/PF, devendo abranger a totalidade das áreas internas (laboratórios, escritórios, sanitários, áreas comuns) e áreas externas. As áreas externas incluem: limpeza e varrição de estacionamentos, calçadas, áreas adjacentes às edificações, arruamentos, pátios e áreas verdes. Todos os serviços deverão seguir as frequências, metodologias e especificações mínimas detalhadas no Termo de Referência.

6.1.3. A solução integrada e completa desonera a Administração do gerenciamento de atividades acessórias e instrumentais, permitindo o foco da Polícia Federal em suas atividades finalísticas. Adicionalmente, transfere à Contratada o risco operacional e a responsabilidade pela gestão de pessoal, logística de insumos e manutenção de equipamentos. A modalidade licitatória será o Pregão Eletrônico, conforme o inciso I do artigo 28 da Lei nº 14.133/2021, por ser a mais adequada para a contratação de serviços comuns, promovendo a máxima competitividade.

6.2. Resultado Pretendido e Medição de Desempenho

6.2.1. Resultado Pretendido e Condição Essencial

O resultado esperado é a manutenção do complexo predial em condições contínuas e ideais de salubridade, higiene, asseio e conservação patrimonial. Tais condições são essenciais para o trabalho em ambientes técnicos (laboratórios do INC) e de segurança (INI/DPA).

6.2.2. Mecanismo de Acompanhamento e Remuneração

O sucesso da contratação será medido pela qualidade percebida dos serviços e pelo cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) definidos no Termo de Referência. Será adotado o Mecanismo de Medição de Resultados (MMR) por meio de Indicadores de Desempenho, que permitirá a aplicação de glosas e penalidades em caso de inexecução total ou parcial do objeto, garantindo que o pagamento esteja diretamente vinculado à performance, conforme o art. 49 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Observações Adicionais

6.3.1. Não Aplicação de Contratação Simultânea

Não haverá contratação simultânea de mais de uma empresa para execução do mesmo objeto. A contratação será realizada com um único fornecedor, visando manter a economia de escala e a centralização da responsabilidade e da fiscalização em um ambiente de alta segurança, conforme a exceção do art. 49 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Catálogo Eletrônico de Padronização

O Catálogo Eletrônico de Padronização não será utilizado para a contratação, pois o objeto possui requisitos específicos de segurança (Investigação Social) e um dimensionamento de mão de obra detalhado (por produtividade e área específica), que não são adequadamente contemplados nas soluções padronizadas do Catálogo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação dos serviços de limpeza e conservação adotará a metodologia de custo por metro quadrado (m²), fundamentada na área física total a ser trabalhada. O dimensionamento dos custos observa as peculiaridades de cada ambiente, os índices de produtividade, a periodicidade e a frequência das atividades, além das condições específicas do local, em estrita conformidade com o Anexo VI-B da Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017.

Quadro Resumo das Áreas		
Id	Descrição	Áreas (M²)
1	Áreas Internas DITEC e INI c/ periculosidade	29.739,47
2	Áreas Internas DITEC c/ Insalubridade	2.431,42
3	Áreas Externa DITEC e INI c/ periculosidade	15.921,00
4	Áreas Verdes e Jardins da DITEC e INI	7.362,84
Área Global da Contratação		55.454,73

7.2. Para a prestação dos serviços, foram adotadas as produtividades listadas na tabela abaixo, as quais devem ser rigorosamente observadas, sendo vedada qualquer alteração por parte da contratada.

7.2.1. TABELA A - Serviço de Limpeza e Conservação (Produtividades adotadas Área Interna Rotineira)

Tabela A - Quadro Resumo de Produtividade Adotada - INTERNA								
AI	Especificação	Áreas (m²)	F	Produtividade M² por dia			Índice Produtividade	Nº Postos
				IN 05/2017		Adotada		
							1/(FxP)	(m² x IP)
1	Pisos Frios, Acarpetados e Diversos	12.993,07	Diária	800	1200	1200	0,000833333	10,83
2	Saguão, Hall e Recepção	1.093,01	Diária	1000	1500	1500	0,000666667	0,73
3	Prédio Equipe Manutenção Predial	236,89	Diária	800	1200	1200	0,000833333	0,20
	Prédio Cadeia de Custódia	300,00	Diária	800	1200	1200	0,000833333	0,25
4	Banheiros e Vestuários	1.016,09	Diária	200	300	300	0,000833333	3,39

5	Depósitos / Almoxarifados / Galpões	1.580,54	Semanal	1500	2500	2500	5,71429E-05	0,09
7	Garagens, Zeladoria e Motorista	5.605,55	Semanal	1500	2500	2500	5,71429E-05	0,32
8	Copas e Refeitórios	228,78	Diária	360	450	450	0,002222222	0,51
9	Varandas	145,58	Diária	1000	1500	1500	0,000666667	0,10
10	Esquadrias e Envidraçado (Face Interna) s/ Laboratórios	5.380,72	Trimestral	300	380	380	2,92398E-05	0,16
11	Laboratórios c/ periculosidade 30%	1.159,24	Diária	360	450	450	0,002222222	2,58
TOTAL GERAL (Área de Limpeza Rotineira)		29.739,47 m²	F = Frequência IP = Índice de Produtividade				19,14 = 19 Postos	

7.2.2. TABELAS B - Serviço de Limpeza e Conservação (Produtividades adotadas laboratório Insalubridade)

Tabela B - Quadro Resumo de Produtividade Adotada - INTERNA								
AI	Especificação	Áreas (M²)	F	Produtividade M² por dia			Índice Produtividade 1/(FxP)	Nº Postos (m² x IP)
				IN 05/2017	Adotada			
1	Laboratórios c/ insalubridade 40% incluindo as janelas e envidraçamento (Interno)	2.431,42	Diária	360	450	450	0,002222222	5,40
F = Frequência IP = Índice de Produtividade								5 postos

7.2.3. TABELAS C - Serviço de Limpeza e Conservação (Produtividades adotadas Áreas Externa)

Tabela C - Quadro Resumo de Produtividade Adotada - EXTERNA								
AI	Especificação	Áreas (M²)	F	Produtividade M² por dia			Índice Produtividade 1/(FxP)	Nº Postos (m² x IP)
				IN 05/2017	Adotada			
1	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações, calçada/ Áreas Residuais	5.487,43	Diária	1800	2700	2700	0,00037037	2,032
2	Varrição e arruamentos	5.768,83	Diária	6000	9000	9000	0,000111111	0,6409
3	Área de Estacionamento DITEC e INI	3.124,47	Diária	6000	9000	9000	0,000111111	0,3471
	Cobertura de Vidro do Bloco B e F	307,80	Bimestral	130	160	1600	0,000104167	0,032
4	Fachada , cobertura de Vidro da Garagem Antibombas, Esquadrias	1.232,47	Bimestral	130	160	160	0,000104167	0,128
TOTAL GERAL (Área de Limpeza Externa)		15.921,00	F = Frequência IP = Índice de Produtividade				3,18 = 3 postos	

7.2.4. TABELAS D - Serviço de Jardinagem (Produtividades adotadas)

Tabela D - Quadro Resumo de Produtividade Adotada - ÁREAS VERDES E JARDINAGEM								
AI	Especificação	Áreas (M²)	F	Produtividade M² por dia			Índice Produtividade	Nº Postos
				IN 05/2017		Adotada	Índice Produtividade	(m² x IP
1	Jardins, Pátios e áreas verdes com alta frequência 33% do Total da Áreas	2.429,74	Diária	1800	2700	2700	0,0037037	0,899
2	Jardins, Pátios e áreas verdes com alta frequência 17% do Total da Áreas	1.251,68	Mensal	6000	9000	9000	0,000777778	0,973
3	Coleta de detritos nas áreas verdes com baixa frequência 50% do total das Áreas.	3.681,42	Bimestral	6000	100000	100000	0,00003	1,104
TOTAL GERAL (Área de Limpeza Externa)		7.362,84	F = Frequência IP = Índice de Produtividade					2,97 = 3 Postos

7.4. O cálculo de funcionários a partir da relação entre produtividade, frequência e área gera números decimais que devem ser arredondados a números inteiros adotando-se a regra de que quando a parte decimal for maior ou igual a 0,5 o número será arredondado para o inteiro imediatamente superior, enquanto que no caso de a parte decimal ser menor que 0,5 o número deverá ser arredondado para o inteiro imediatamente inferior. Entretanto, não será admitido o arredondamento para 0 (zero), ou seja, nesse caso a contratada deverá ofertar o serviço de forma proporcional em termos de homem/hora.

7.5. O dimensionamento do quadro de pessoal foi estabelecido com base na Planilha de Custos da Administração, consignada na Nota Técnica nº 144710535/2026 - UPLAN: Análise Crítica de Preço (144710535). O quantitativo de postos de trabalho e de funcionários a serem alocados para a execução é o seguinte:

Unidade	Função	Quantidade
DITEC E INI	Encarregado Limpeza	01
DITEC E INI	Auxiliar de Serviço Gerais	22
Laboratórios DITEC com Insalubridade	Auxiliar de Serviço Gerais	05
Áreas Verdes e Jardins DITEC e INI	Jardineiro	01
Áreas Verdes e Jardins DITEC e INI	Auxiliar de Jardinagem	02

7.6. Edifício DITEC/INC: A infraestrutura é composta por 10 copas, 01 refeitório e 06 elevadores. O paisagismo interno conta atualmente com cerca de 95 vasos de polietileno em variados tamanhos e cores, abrigando espécimes ornamentais diversificadas, com previsão de expansão para até 120 unidades.

7.7. Edifício INI: Dispõe de 01 copa e 10 sanitários (06 masculinos e 04 femininos). Quanto à ornamentação, possui 14 vasos de polietileno com plantas diversas, estimando-se o alcance de até 50 unidades após a consolidação do projeto.

7.8. Consolidado DITEC e INI: Conforme detalhado na tabela a seguir, as estruturas de banheiros e vestiários totalizam 71 unidades funcionais, abrangendo uma área de 1.016,09 m² de piso. O projeto prevê a instalação de 110 bacias sanitárias, 65 Mictórios e 144 lavatórios, distribuídos proporcionalmente entre as alas masculina e feminina para garantir a eficiência logística e o conforto dos usuários.

DETALHAMENTO DOS BANHEIROS E VESTUÁRIOS															
ID	Descrição/ Especificação														
BV		Bloco A		Bloco B e E		Bloco C		Bloco D		Bloco F		Bloco INI		Unid.	Totais
1	Banheiros	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M F
2	Quantidade	4	4	4	3	5	5	2	2	17	15	6	4	Unid.	71
3	Áreas do Piso Porcelanato	122,00		117,21		135,59		47,93		515,34		78,02		M²	1016,09
4	Vaso Sanitários	13	16	10	11	13	17	5	5	37	33	06	04	Unid.	110
5	Mictórios	12	-	8	-	16	-	4	-	25	-	-	-	Unid.	65
6	Lavatórios	12	6	9	9	13	13	4	4	31	33	6	4	Unid.	144
7	Chuveiros	-	-	1	-	-	-	-	-	15	10	-	-	Unid.	26

7.8. As plantas dos vasos citados nos itens anteriores são de responsabilidade do jardineiro e do auxiliar de Jardinagem.

7.9. O detalhamento de insumos e equipamentos consta na Planilha de Formação de Preços, fundamentada na Nota Técnica nº 144710535/2026 - UPLAN: Análise Crítica de Preço (144710535). Tal documento consolida os dados obtidos durante a fase de pesquisa de mercado, sendo os itens especificados detalhadamente em anexo próprio do Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.403.003,04

(Sete milhões, quatrocentos e três mil, três reais e quatro centavos.)

QUADRO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO													
GRUPO	ITEM	Especificação Serviço	CTSRV	QTD (M²)	UND. MD	PDTV	PST	CMPC	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL (QTDxCU)	TOTAL ANUAL	TOTAL BIENAL	
1	1	Serviço de Limpeza, Conservação e Asseio Áreas Internas da DITEC e INI c/ Periculosidade	30185	29.739,47	M²	0,000638882	19	9.803,45	6,26	186.256,55	2.235.186,60	4.470.373,20	
	2	Serviço de Limpeza, Conservação e Asseio Áreas Internas da DITEC c/ Insalubridade	30185	4.431,42	M²	0,002056411	5	10.232,63	21,04	51.163,15	613.957,80	1.277.915,60	
	3	Serviço de Limpeza, Conservação e Asseio Áreas Externas da	24104	15.921,00	M²	0,00018843	3	9.803,45	1,85	29.410,35	352.924,20	705.848,40	

		DITEC e INI c/ Periculosidade										
4	Serviço de Jardinagem Áreas Interna e Externa da DITEC e do INI c/ Periculosidade (Jardineiro)	24287	7.362,84	Outras	-	1	15.665,39	-	15.665,39	187.984,68	375.696,36	
5	Serviço de Jardinagem Áreas Interna e Externa da DITEC e do INI c/ Periculosidade (Auxiliar de Jardinagem)	24287		Outras	-	2	12.977,01	-	25.954,02	311.448,24	622.896,48	
TOTAL GRUPO 1										3.701.501,52	7.403.003,04	
Legenda: CTSRV= CATSER/ PDTVD= Produtividade / PST=Posto / CMPC = Custo Mensal por Colaborador/ Custo CU=Unitário/ CM= Custo Mensal / TA = Total Anual / TB= Total Bienal.												

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Fundamentação Geral e Princípios.

A decisão pela contratação unificada dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, por meio de um único lote e com uma única empresa vencedora, está fundamentada em uma análise técnica que prioriza os princípios da Eficiência, da Economicidade e do Planejamento, conforme estabelece o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Na aplicação do princípio do parcelamento, conforme os incisos I e II do § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133 /2021, a Administração deve ponderar a responsabilidade técnica e o custo de gestão de múltiplos contratos, em contraposição às supostas vantagens da redução de custos decorrente da divisão do objeto.

9.2. Ausência de Economia de Escala e Aumento de Custos.

Embora o parcelamento do objeto seja a regra geral em licitações, neste caso específico, não se vislumbra a obtenção de ganhos de escala advindos da fragmentação, sendo a contratação unificada a medida mais razoável e economicamente justificada. O custo administrativo e operacional para a execução dos serviços (limpeza, conservação e jardinagem) está intrinsecamente ligado à mobilização, treinamento e gestão de pessoal no mesmo complexo físico (DITEC/PF e INI). A divisão dos serviços em lotes distintos resultaria em:

- Duplicação de Custos Indiretos: Seria necessário impor a duas ou mais empresas distintos custos fixos de gestão, supervisão e logística que poderiam ser absorvidos de forma mais eficiente por uma única Contratada.
- Margem Reduzida de Competitividade: O objeto é de porte moderado. O parcelamento poderia desestimular a participação de empresas robustas com capacidade de gerenciar o *mix* integrado de serviços, elevando o valor global da contratação.

9.3. Coerência Técnica, Responsabilidade e Não Especialização.

Para o alcance da finalidade administrativa pretendida, não se verifica a necessidade técnica de parcelamento, pelas seguintes razões:

- A execução dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem é complementar, concomitante e interdependente, exigindo interação obrigatória entre as atividades. Esse modelo unificado evita a fragmentação de responsabilidades sobre atividades limítrofes, garantindo melhor coordenação na execução dos serviços.

b) O fracionamento comprometeria a responsabilização por eventuais danos ou falhas na execução, além de gerar custos elevados de mobilização de múltiplas empresas.

c) As categorias envolvidas na prestação dos serviços são abrangidas pelo mesmo sindicato, cuja CCT serviu de base para a confecção da planilha de custos, facilitando a gestão dos encargos trabalhistas sob um único contrato.

d) Verifica-se que a maioria das empresas que prestam serviços de limpeza e conservação também executa serviços de jardinagem. Assim, não há prejuízo à isonomia nem à competitividade da contratação.

9.4. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

O não parcelamento encontra respaldo na jurisprudência do TCU para serviços não especializados:

a) O Acórdão nº 1.214/2013-TCU-Plenário estabelece que deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, sendo objeto de parcelamento apenas aqueles em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização. Embora o acórdão não mencione expressamente o serviço de jardinagem, entende-se que ele se enquadra no grupo dos serviços não especializados por ser usualmente prestado pelas mesmas empresas de limpeza e conservação.

b) Esse entendimento é reforçado pelo Acórdão nº 10.049/2018-TCU-2ª Câmara, no qual foi considerada adequada a ausência de parcelamento em objeto que incluía portaria, jardinagem, limpeza e conservação, por se tratar de serviços não especializados e envolverem materiais de baixo custo.

9.5. Viabilidade Econômica e Preservação da Capacidade Operacional.

O agrupamento dos serviços atende aos requisitos econômicos e de eficiência administrativa:

a) No caso dos serviços de jardinagem, prevê-se a necessidade de apenas três empregados para a execução das atividades. Contratos com número reduzido de empregados tendem a apresentar dificuldades na manutenção da viabilidade econômica. A contratação conjunta dos serviços mostra-se vantajosa pela melhoria na viabilidade econômica para a Contratada, garantindo a continuidade da prestação.

b) O não parcelamento preserva a capacidade operacional da DITEC/PF para a gestão e fiscalização contratual. Considerando que o quadro de servidores dedicados à fiscalização é limitado, o parcelamento ou divisão da contratação resultaria em aumento de carga administrativa e, conseqüentemente, em risco de não se ter uma condução eficiente dos contratos, contrariando o princípio da eficiência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação sucede o ajuste atualmente em vigor para a prestação dos mesmos serviços, cujo encerramento está previsto para 28/02/2026. Por ter atingido o prazo limite de vigência, não há amparo legal para prorrogação ordinária, restando apenas a possibilidade de prorrogação em caráter excepcional por até 6 (seis) meses, conforme o art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e estritamente necessária para a conclusão do certame.

10.2. Dada a natureza contínua e a essencialidade dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, a execução do futuro contrato é interdependente e guardará estreita correlação com outros contratos fundamentais para a operabilidade do complexo predial, tais como: a) Fornecimento de água e esgotamento sanitário; b) Fornecimento de energia elétrica; c) Manutenção predial preventiva e corretiva.

10.3. No escopo deste planejamento, identificou-se a necessidade técnica de contratar, de forma complementar, o serviço de instalação de pontos de ancoragem. Tal medida é indispensável para viabilizar a limpeza de fachadas, janelas e coberturas de vidro, garantindo a segurança do trabalho e o cumprimento das normas regulamentadoras (NR-35), servindo de suporte à demanda principal.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, SEI 143181667, prevê que a Polícia Federal deve dispor de apoio logístico efetivo e otimizar o emprego dos seus bens e recursos materiais de modo a servir à sociedade com excelência, eficiência e proximidade. Nestes aspectos, um ambiente limpo, conservado e agradável traz sensação de segurança e conforto para todos os envolvidos.

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

11.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000011/2026

11.2.2. Data de publicação no PNCP: 25/03/2025;

11.2.3. Id do item no PCA: 128

11.2.4. Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA

11.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200406-268/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação fundamenta-se na diretriz legal de execução indireta para atividades materiais acessórias e instrumentais. Ao delegar os serviços de limpeza, conservação e jardinagem a uma empresa especializada, a Administração otimiza a alocação de seus recursos humanos e financeiros, permitindo que a DITEC e o INI concentrem seus esforços exclusivamente nas competências finalísticas e áreas de inteligência técnica do órgão.

12.2. A manutenção dos padrões de higienização e asseio é indispensável para garantir a salubridade dos ambientes de trabalho, assegurando condições dignas e seguras para o desenvolvimento das atividades institucionais. Além disso, a execução contínua desses serviços promove a preservação do patrimônio público, evitando a depreciação precoce das instalações e equipamentos, o que atende diretamente aos princípios da economicidade e eficiência ao reduzir custos com reformas corretivas e substituições prematuras.

12.3. Os benefícios estendem-se à área de jardinagem, essencial dada a configuração arquitetônica das unidades beneficiadas, que integram extensas áreas externas arborizadas com espécimes típicos do bioma Cerrado, além de composições paisagísticas e jardins internos. A conservação técnica dessas áreas e dos inúmeros vasos ornamentais não apenas preserva a biodiversidade local, mas contribui para um ambiente psicossocialmente acolhedor e agradável, impactando positivamente na produtividade e no bem-estar de servidores e colaboradores.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Das Providências Preliminares Para a formalização e início da contratação, não se vislumbra a necessidade de intervenções estruturais prévias, restando como providência administrativa estrita a indicação formal dos gestores e fiscais do contrato, conforme as normas vigentes de fiscalização administrativa e técnica.

13.2. Das Providências para Execução do Objeto

No tocante à execução dos serviços, especificamente para viabilizar a limpeza técnica das fachadas, a DITEC deverá providenciar a instalação e a certificação de pontos de ancoragem nos edifícios. Tal medida é indispensável para garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho e permitir o acesso seguro das equipes especializadas às superfícies externas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação dos serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, embora essenciais para a manutenção da salubridade das instalações, possui impactos ambientais previsíveis. A

Administração Pública deverá exigir medidas específicas de tratamento e mitigação, a serem detalhadas no Termo de Referência, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

14.1. Impactos Ambientais Negativos Potenciais

Os principais impactos ambientais gerados pela execução do objeto contratual estão relacionados ao consumo de recursos e à gestão de resíduos, inerentes à natureza do serviço:

14.1.1. Uso e Consumo de Recursos Naturais

- Consumo de Água: O uso excessivo de água é um risco para a limpeza de pisos, sanitários e, especialmente, para a irrigação de jardins, podendo gerar desperdício e pressão sobre os recursos hídricos locais.
- Consumo de Energia Elétrica: O uso contínuo de equipamentos motorizados e elétricos de limpeza (aspiradores, enceradeiras) e jardinagem (cortadores, sopradores) contribui para o consumo energético.

14.1.2. Geração e Gerenciamento de Resíduos

- Geração de Resíduos Sólidos e Químicos: O serviço produz Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) comuns, bem como resíduos químicos (embalagens de saneantes e desinfetantes) e resíduos das áreas de laboratório e insalubridade, exigindo destinação controlada e adequada.
- Resíduos de Jardinagem: A poda e a manutenção de áreas verdes geram resíduos orgânicos que, se descartados inadequadamente, podem causar entupimentos ou poluição visual e ambiental.

14.1.3. Poluição Hídrica e Sonora

- Poluição da Água: O lançamento de efluentes (água de lavagem) contendo detergentes, desinfetantes e outros produtos químicos na rede de esgoto sem controle pode impactar a qualidade da água.
- Poluição Sonora e Atmosférica: O ruído excessivo de equipamentos (e.g., cortadores de grama, lavadoras de alta pressão) pode gerar incômodo, e a emissão de gases e odores por produtos voláteis pode afetar a qualidade do ar interno e externo.

14.2. Medidas de Tratamento e Mitigação Obrigatórias

As medidas de tratamento e mitigação visam minimizar os impactos identificados, sendo de responsabilidade da Contratada e detalhadas para fiscalização no Termo de Referência:

14.2.1. Sustentabilidade de Produtos e Equipamentos

- Produtos Químicos Biodegradáveis: Será exigida a utilização prioritária de produtos de limpeza biodegradáveis, menos tóxicos e concentrados, devidamente certificados, visando reduzir a poluição hídrica e a emissão de odores.
- Eficiência Energética e Ruído: A Contratada deverá utilizar equipamentos com maior eficiência energética e menor nível de ruído, contribuindo para a redução do consumo de eletricidade e da poluição sonora.

14.2.2. Racionalização de Recursos e Treinamento

- Controle de Consumo: A Contratada deverá adotar técnicas de limpeza que minimizem o consumo de água (e.g., uso de *mops* e dosadores químicos) e implementar sistemas de irrigação eficientes na jardinagem.
- Treinamento e Boas Práticas: Será exigida a comprovação de treinamento dos funcionários (ASGs e Jardineiros) em boas práticas ambientais, no uso econômico de insumos e na correta destinação de resíduos.

14.2.3. Gestão e Destinação de Resíduos Sólidos

- Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS): A Contratada será responsável pela implementação e execução de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que garanta a correta segregação, acondicionamento e destinação de todos os tipos de resíduos, incluindo os resíduos de laboratórios, áreas insalubres e os resíduos de jardinagem, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa de Viabilidade Técnica e Operacional

A contratação demonstra-se tecnicamente viável, uma vez que o mercado local e nacional possui ampla oferta de empresas especializadas no ramo de asseio, conservação e jardinagem. A complexidade do objeto — que envolve laboratórios de alta criticidade (QBRN) — foi devidamente endereçada no Termo de Referência mediante exigências de qualificações específicas e suporte logístico local. A execução indireta permite que a **DITEC/PF** e o **INI** usufruam de metodologias profissionais de limpeza e equipamentos de ponta que a Administração não dispõe para execução direta.

15.2. Viabilidade Econômica e Financeira

A viabilidade econômica fundamenta-se na economia de escala e na mitigação de passivos trabalhistas e previdenciários, uma vez que a gestão da mão de obra e a reposição de insumos ficam a cargo da contratada. A estimativa de custos foi realizada com base em preços de mercado e contratações similares, garantindo que o orçamento previsto é compatível com a execução integral do objeto. Além disso, a manutenção preventiva das instalações evita o desgaste prematuro do patrimônio público, configurando uma estratégia de **economicidade a longo prazo**.

15.3. Alinhamento Estratégico e Continuidade do Serviço

O serviço de limpeza e jardinagem é classificado como **serviço contínuo essencial**. A inviabilidade de sua interrupção justifica a sucessão contratual planejada, evitando o colapso das atividades laboratoriais e administrativas. A contratação está em total consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão, atendendo aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

15.4. Gestão de Riscos e Logística

A viabilidade é reforçada pela inclusão de cláusulas de logística de proximidade (escritório local) e exigências de conformidade com normas de segurança (NR-35 para ancoragem e normas de biossegurança). Tais dispositivos garantem que eventuais falhas operacionais ou necessidade de substituição de materiais de má qualidade sejam sanadas prontamente, sem prejuízo à segurança institucional.

15.5. Conclusão de Viabilidade

Diante do levantamento realizado, esta equipe técnica conclui que a contratação é **PLENAMENTE VIÁVEL**, apresentando-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e jurídico. A estrutura do edital e seus anexos oferecem garantias suficientes para a mitigação de riscos e para a excelência na prestação dos serviços.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HENRIQUE SANTANA DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 11:52:14.

FERNANDA OLIVEIRA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 11:40:43.

EMERSON SANTOS DE LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 15:12:21.

RICARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 13:45:05.